

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



RECRUTAMENTO E MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL

ICA 33-21

**CONVOCAÇÃO, SELEÇÃO E INCORPORAÇÃO
DE ENGENHEIROS VOLUNTÁRIOS À
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR
TEMPORÁRIO**

2010

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL**



RECRUTAMENTO E MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL

ICA 33-21

**CONVOCAÇÃO, SELEÇÃO E INCORPORAÇÃO
DE ENGENHEIROS VOLUNTÁRIOS À
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR
TEMPORÁRIO**

2010



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

PORTARIA COMGEP Nº 145/1EM, DE 11 DE AGOSTO DE 2010.

Aprova a edição da ICA 33-21, que dispõe sobre a Convocação, a Seleção e a Incorporação de Engenheiros Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria nº 550/GC3, de 9 de agosto de 2010, e das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 9º do Regulamento do Comando-Geral do Pessoal, aprovado pela Portaria nº 216/GC3, de 24 de fevereiro de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 33-21 “Convocação, Seleção e Incorporação de Engenheiros Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria COMGEP nº 3/5EM, de 21 de janeiro de 2005, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica n.º 18, de 26 de janeiro de 2005, e retificada no Boletim do Comando da Aeronáutica n.º 22, de 1º de fevereiro de 2005.

Ten Brig Ar JORGE GODINHO BARRETO NERY
Comandante-Geral do Pessoal

(Publicada no BCA nº 148, de 11 de agosto de 2010)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>CONCEITUAÇÕES</u>	7
1.3 <u>ÂMBITO</u>	8
2 QUADRO DE OFICIAIS DA RESERVA DE 2ª CLASSE CONVOCADOS (QOCon).....	9
2.1 <u>DESTINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO</u>	9
3 QOCon Eng.....	10
3.1 <u>ÁREAS DA ENGENHARIA NECESSÁRIAS AO COMAER</u>	10
3.2 <u>EFETIVO E VAGAS</u>	10
3.3 <u>PLANEJAMENTO DE INCORPORAÇÃO</u>	10
3.4 <u>CONVOCAÇÃO</u>	11
3.5 <u>FORMAÇÃO MILITAR, ATUALIZAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO</u>	11
3.6 <u>RECRUTAMENTO DE PESSOAL</u>	12
3.7 <u>INCLUSÃO NO QOCon</u>	13
3.8 <u>PROMOÇÕES E PRECEDÊNCIA HIERÁRQUICA</u>	13
3.9 <u>PRORROGAÇÕES DO TEMPO DE SERVIÇO</u>	14
3.10 <u>LICENCIAMENTO</u>	16
4 PROCESSO SELETIVO	18
4.1 <u>INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO</u>	18
4.2 <u>IDENTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS</u>	18
4.3 <u>SELEÇÃO DE PESSOAL</u>	18
4.4 <u>PARECERES DA CPO OU DA CPG</u>	19
4.5 <u>INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS</u>	20
4.6 <u>CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO</u>	20
4.7 <u>DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSCRIÇÃO</u>	22
4.8 <u>HABILITAÇÃO À INCORPORAÇÃO</u>	23
4.9 <u>INCORPORAÇÃO</u>	25
4.10 <u>OM DE INCORPORAÇÃO</u>	26
4.11 <u>OM DE DESTINO</u>	27
5 DISPOSIÇÕES GERAIS	29
6 DISPOSIÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31
Anexo A – Incorporação – Cronograma de Eventos	33
Anexo B – Prorrogação de Tempo de Serviço - Cronograma de Eventos	35
Anexo C – Modelo de Lista de Verificação de Documentos	36
Anexo D – Parâmetros de Qualificação Profissional	38
Anexo E – Modelo de Ficha de Avaliação Documental	39
Anexo F – Modelo de Requerimento de Inscrição	40
Anexo G – Modelo de Currículo Profissional	41
Anexo H – Modelo de Declaração de Residência	44
Anexo I – Modelo de Declaração de Voluntariado para Prestação do Serviço Militar Temporário	45

Anexo J – Modelo de Termo de Compromisso para Prestação do Serviço Militar Voluntário Temporário.....	46
Anexo K – Modelo de Declaração a ser fornecida por candidatas do sexo feminino	47
Anexo L – Modelo de Declaração quanto à Investidura em Cargo, Função ou Emprego Público	48

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade estabelecer os procedimentos necessários à convocação, à seleção e à incorporação de Engenheiros Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário, bem como aqueles relativos aos trâmites administrativos necessários à inclusão dos mesmos no Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados (QOCon).

1.2 CONCEITUAÇÕES

1.2.1 IRQOCon

É a Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados (IRQOCon), elaborada pelo COMGEP e aprovada pelo Comandante da Aeronáutica, que estabelece a destinação do Quadro e os procedimentos necessários à inclusão no mesmo, à realização do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), do Estágio de Instrução e Serviço (EIS), do Estágio de Adaptação Técnico (EAT), do Estágio de Instrução Técnico (EIT) e dos respectivos processos de recrutamento de pessoal.

1.2.2 SEDE

Todo o território do município e dos municípios vizinhos, quando ligados por frequentes meios de transporte, dentro do qual se localizam as instalações de uma Organização, militar ou não, onde são desempenhadas as atribuições, missões, tarefas ou atividades cometidas ao militar, podendo abranger uma ou mais Organização Militar (OM) ou guarnições. (Decreto n.º 4.307, de 18 de julho de 2002)

1.2.3 LOCALIDADE

É o local onde se situam um ou mais órgãos isolados (destacamentos e similares), OM ou guarnições do Comando da Aeronáutica (COMAER), dentro da mesma sede. Para efeito desta Instrução, são considerados como integrantes de uma mesma localidade todas as regiões administrativas componentes do Distrito Federal ou todos os municípios componentes de uma mesma Região Metropolitana, desde que legalmente constituída.

1.2.4 REGIÃO METROPOLITANA

Região estabelecida por legislação federal ou estadual, constituída por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

1.2.5 RESERVA DA AERONÁUTICA

São os militares integrantes da Reserva Remunerada, os cidadãos cujo cumprimento dos dispositivos legais pertinentes ao Serviço Militar e ao Serviço Alternativo vincula-se à Aeronáutica e os cidadãos que, em conformidade com a legislação específica, nela tenham sido incluídos.

1.2.6 RESERVA DE 2ª CLASSE (R/2)

Classificação atribuída pelo Decreto nº 6.854, de 25 de maio de 2009, a um grupo de integrantes da Reserva da Aeronáutica, dentre os quais se incluem os militares temporários, em serviço ativo, convocados em decorrência da legislação que trata do Serviço Militar e regulamentação derivada, incluídos os integrantes do QOCon.

1.3 ÂMBITO

A presente Instrução aplica-se a todas as OM do Comando da Aeronáutica (COMAER).

2 QUADRO DE OFICIAIS DA RESERVA DE 2ª CLASSE CONVOCADOS (QOCon)

2.1 DESTINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

2.1.1 O QOCon destina-se a preencher, em caráter temporário, em tempo de paz, claros existentes na estrutura das OM, correspondentes às vagas não preenchidas em relação à Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), porventura não supridos pelos Quadros de Oficiais de carreira, pertinentes às áreas profissionais de nível superior necessárias ao COMAER, tendo por fundamento:

- a) o art. 27 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar (LSM);
- b) os art. 123 e 124 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 - Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM);
- e) os art. 10 e 12 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares; e
- d) os art. 11, 12 e 13 do Decreto nº 6.854, de 25 de maio de 2009 - Regulamento da Reserva da Aeronáutica.

2.1.2 Considerando-se que o QOCon contempla vários grupos de profissionais de nível superior, cada qual com suas peculiaridades relativas aos processos de recrutamento e seleção, as presentes instruções referem-se especificamente aos Engenheiros, grupo aqui nominado, quando necessário, de QOCon Eng.

2.1.3 O QOCon é constituído dos postos de segundo-tenente e primeiro-tenente.

3 QOCon Eng

3.1 ÁREAS DA ENGENHARIA NECESSÁRIAS AO COMAER

3.1.1 São estabelecidas, anualmente, no PCA 30-1 - Plano de Pessoal da Aeronáutica (PPAer).

3.2 EFETIVO E VAGAS

3.2.1 O efetivo do QOCon Eng será fixado anualmente pelo Comandante da Aeronáutica por meio da Distribuição Anual de Efetivos e da Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), conforme propostas elaboradas e encaminhadas pelo COMGEP.

3.2.2 A quantidade de vagas destinadas a Engenheiros voluntários à prestação do Serviço Militar Temporário, visando ao ingresso no QOCon Eng, será confirmada junto aos COMAR pela Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP), por meio da Divisão de Serviço Militar (DSM), por localidade, especialidade e OM, com base nas vagas existentes em relação à TLP.

3.3 PLANEJAMENTO DE INCORPORAÇÃO

3.3.1 O planejamento de incorporação para os integrantes do QOCon Eng dar-se-á, respeitando-se a TLP de cada OM e em consonância com o cronograma de eventos constante do Anexo A, da seguinte forma:

- a) os COMAR deverão fazer o levantamento preliminar, junto às OM subordinadas ou jurisdicionadas, do número de vagas a serem abertas, por especialidade, considerando a previsão de licenciamentos até a data da próxima incorporação, as vagas já existentes e outras situações, e remeter as informações à DIRAP até:
 - 10 de outubro do ano anterior à 1ª incorporação; e
 - 10 de abril do ano da 2ª incorporação.
- b) a DIRAP, por meio da DSM, analisará a situação de vagas apresentada pelos COMAR considerando os efetivos existentes e as previsões de licenciamento, informando aos COMAR o quantitativo preliminar de vagas destinadas ao QOCon Eng até:
 - 30 de outubro do ano anterior à 1ª incorporação; e
 - 30 de abril do ano da 2ª incorporação.
- c) os COMAR e as OM subordinadas ou jurisdicionadas, de acordo com a previsão de incorporação, deverão promover a campanha de divulgação e o recebimento de inscrições dos interessados nas localidades com previsão de abertura de vagas destinadas ao QOCon Eng.
- d) os COMAR informarão à DIRAP o número de candidatos voluntários que se apresentaram para ingresso no QOCon Eng até:
 - 10 de dezembro do ano anterior à 1ª incorporação; e
 - 10 de junho do ano da 2ª incorporação.

- e) a DIRAP, após a publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) do deferimento, do indeferimento dos requerimentos e do cancelamento dos pedidos de prorrogação de tempo de serviço dos Oficiais do QOCon Eng, remeterá aos COMAR a informação relativa ao quantitativo final de vagas, por OM, localidade e especialidade, autorizado para incorporação até:
- 20 de dezembro do ano anterior à 1ª incorporação; e
 - 20 de junho do ano da 2ª incorporação.
- f) os COMAR informarão à DIRAP o surgimento de novas vagas que venha a ocorrer entre 20 de dezembro do ano anterior e a data da 1ª incorporação e entre 20 de junho e a data da 2ª incorporação, podendo haver aumento do quantitativo autorizado, desde que haja candidatos em quantidade suficiente e especialidades de interesse.

3.4 CONVOCAÇÃO

3.4.1 A convocação de Engenheiros voluntários à prestação do Serviço Militar Temporário, graduados nas áreas de interesse do COMAER, será efetivada por meio de Avisos de Convocação, a serem divulgados por intermédio da mídia local, do portal do COMAER na Internet e na Intraer, do Diário Oficial da União (DOU) e de outros meios julgados necessários.

3.4.2 Caberá ao CECOMSAER, aos COMAR e às OM subordinadas ou jurisdicionadas a execução de campanha de divulgação do processo seletivo.

3.5 FORMAÇÃO MILITAR, ATUALIZAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO

3.5.1 A formação militar dos integrantes do QOCon Eng, bem como a sua atualização e complementação de instrução, são realizadas por intermédio dos seguintes estágios:

- a) Estágio de Adaptação Técnico (EAT); e
- b) Estágio de Instrução Técnico (EIT).

3.5.2 O EAT destina-se à adaptação às condições peculiares do Serviço Militar e às áreas profissionais em que atuarão no âmbito do COMAER, bem como ao aprimoramento profissional dos integrantes do QOCon Eng.

3.5.3 A duração total do EAT é de doze meses, divididos em três fases.

3.5.3.1 A 1ª fase do EAT destina-se à adaptação dos incorporados à atividade militar por meio da instrução militar, sendo realizada conforme a seguir especificado:

- a) local: sede do COMAR ou OM designada;
- b) início: primeiro dia útil de fevereiro ou de agosto; e
- c) duração: cinquenta dias corridos.

3.5.3.2 A 2ª fase do EAT destina-se à adaptação dos incorporados à atividade funcional por intermédio do trabalho na respectiva área de atuação profissional, sendo realizada conforme a seguir especificado:

- a) local: OM de destino;
- b) início: até cinco dias após o término da 1ª fase; e
- c) duração: até 30 de agosto do ano da 1ª incorporação ou até 29 de abril do ano seguinte à 2ª incorporação.

3.5.3.3 A 3ª fase do EAT destina-se ao aprimoramento profissional dos incorporados, sendo realizada conforme a seguir especificado:

- a) local: OM de destino;
- b) início: a partir de 31 de agosto do ano da 1ª incorporação ou a partir de 30 de abril do ano seguinte à 2ª incorporação; e
- c) duração: até o 365º dia após a data de incorporação.

3.5.4 O EIT destina-se a atualizar e a complementar a instrução ministrada no EAT ou, ainda, nos estágios equivalentes ministrados pelas Forças Armadas.

3.5.5 A duração total do EIT é de doze meses.

3.5.6 A realização do EIT poderá decorrer:

- a) da prorrogação de tempo de serviço de Oficiais do QOCon; ou
- b) da incorporação de Oficiais R/2, da reserva não remunerada.

3.5.6.1 Quando da realização do EIT, os Oficiais R/2 oriundos de Forças distintas da Aeronáutica deverão ser submetidos à Instrução de Adaptação ao Serviço Militar no COMAER, podendo a mesma ocorrer juntamente com a instrução ministrada aos participantes da 1ª fase do EAT.

3.5.6.2 A localidade e a OM para a realização da Instrução de Adaptação ao Serviço Militar no COMAER serão designadas pelos Comandantes de COMAR, podendo a citada instrução ocorrer na mesma OM em que o militar venha a realizar o EIT.

3.5.7 A programação das diversas fases dos estágios e da Instrução de Adaptação ao Serviço Militar no COMAER caberá às respectivas OM, em consonância, no que couber, com as Normas Reguladoras (NOREG) emitidas pelo Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS).

3.6 RECRUTAMENTO DE PESSOAL

3.6.1 O recrutamento de pessoal para o QOCon, compreendendo a convocação, a seleção, a incorporação e a matrícula na 1ª fase do EAT ou a convocação, a seleção e a incorporação para a participação do EIT, terá caráter regional, de acordo com as áreas de jurisdição de cada Comando Aéreo Regional (COMAR).

3.6.2 As vagas serão fixadas por especialidade e localidade.

3.6.3 As vagas serão destinadas aos candidatos selecionados e habilitados à incorporação classificados dentro do número de vagas estabelecido, por localidade e especialidade, respeitada a localidade indicada pelo candidato no ato da inscrição.

3.6.3.1 O candidato concorrerá às vagas de uma única especialidade e da localidade que venha a indicar no ato da inscrição, dentro da área da jurisdição do COMAR em que reside.

3.6.3.2 Além da indicação da localidade a que concorre, o candidato poderá, no ato da inscrição, manifestar a intenção de servir, como voluntário, em outras localidades, ficando tal possibilidade condicionada à falta de candidatos habilitados à incorporação para o preenchimento de vagas, à necessidade do serviço e ao interesse da Administração.

3.6.3.3 O recrutamento de candidatos para o preenchimento de vagas não preenchidas em determinada localidade, pela falta de candidatos habilitados à incorporação, respeitada a necessidade do serviço e o interesse da Administração, se realizada, e de acordo com a disponibilidade de voluntários, ocorrerá na seguinte ordem de prioridade:

1º - entre os candidatos residentes na área de jurisdição do COMAR ao qual é jurisdicionada a OM com a vaga a ser preenchida, respeitada a ordem de classificação decorrente da pontuação obtida na Avaliação Documental; ou

2º - entre os candidatos residentes em área de jurisdição de COMAR diferente daquele ao qual é jurisdicionada a OM com a vaga a ser preenchida, respeitada a ordem de classificação decorrente da pontuação obtida na Avaliação Documental.

3.6.3.4 Os candidatos recrutados e selecionados para o preenchimento de vagas em OM sediadas em localidades distintas de seus locais de residência deverão assinar, na data da habilitação à incorporação, documento que ateste, de modo inequívoco, a ciência de que estão de acordo com a designação para as OM de destino, conforme modelo constante do Anexo J.

3.7 INCLUSÃO NO QOCon

3.7.1 A inclusão no QOCon dar-se-á na data da promoção ao posto de segundo-tenente.

3.7.2 Para os Oficiais R/2, da reserva não remunerada, incorporados para a realização do EIT, a inclusão no QOCon dar-se-á na data da incorporação.

3.7.3 A inclusão no QOCon implicará a inclusão no Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica.

3.7.3.1 O COMAR, cujas OM subordinadas ou jurisdicionadas tiverem autorização para a incorporação de componentes da Reserva de outra Força em seus efetivos, deverá comunicar o fato ao respectivo Distrito Naval ou Região Militar, encaminhando o documento comprobatório de situação militar apresentado pelo incorporado à Força que o expediu.

3.8 PROMOÇÕES E PRECEDÊNCIA HIERÁRQUICA

3.8.1 Ao serem incorporados para a realização do EAT, os convocados serão declarados Aspirantes a Oficial do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados (QOCon).

3.8.1.1 A precedência hierárquica entre os incorporados para a realização do EAT, durante a realização do Estágio, será definida de acordo o art. 17 do Estatuto dos Militares.

3.8.1.2 Ao término da 1ª fase do EAT, a precedência hierárquica será definida pelas médias finais dos Aspirantes a Oficial, de acordo com o Plano de Avaliação previsto.

3.8.2 Ao serem designados para a realização do EIT, os Oficiais R/2 da reserva não remunerada serão incorporados com o posto que possuírem.

3.8.2.1 A precedência hierárquica dos incorporados para a realização do EIT será definida pelo tempo de efetivo serviço prestado anteriormente no respectivo posto até a data do desligamento decorrente do ato de sua exclusão do serviço ativo da Aeronáutica ou de outra Força Armada, conforme documentos comprobatórios apresentados pelo militar, em consonância com a letra “c” do parágrafo 2º do art. 17 do Estatuto dos Militares.

3.8.3 As promoções dos integrantes do QOCon serão efetuadas, até o posto de primeiro-tenente, após cumpridos, no Comando da Aeronáutica, os interstícios fixados e satisfeitos os demais requisitos estabelecidos na Lei de Promoções dos Oficiais da Ativa das Forças Armadas e no Regulamento de Promoções de Oficiais da Ativa da Aeronáutica.

3.8.3.1 Havendo vagas, atendidos o interstício e as demais condições exigidas, os Aspirantes a Oficial que concluírem com aproveitamento a 2ª fase do EAT serão promovidos ao posto de segundo-tenente, por ato do Comandante da Aeronáutica, e incluídos no QOCon.

3.8.3.2 As OM deverão observar as normas contidas nas seguintes publicações e respectivas atualizações:

- a) ICA 36-25 - Cadastro de Oficiais na SECPRM, aprovada pela Portaria CPO nº 19, de 18 de novembro de 2005;
- b) as instruções para organização dos Quadros de Acesso, publicadas no BCA, antes do início de cada ciclo de promoções; e
- c) o Cronograma de Eventos da SECPRM, publicado, anualmente, no BCA.

3.9 PRORROGAÇÕES DE TEMPO DE SERVIÇO

3.9.1 As prorrogações do tempo de serviço dos integrantes do QOCon poderão ser concedidas sob a forma de EIT, por períodos de um ano, mediante requerimento dos interessados.

3.9.2 O tempo máximo de permanência na ativa dos Oficiais do QOCon será de oito anos, podendo ser estendido, em caráter excepcional, a nove anos, de acordo com a conveniência da Administração e desde que, em tempo de paz:

- a) o período correspondente à prorrogação requerida não venha a ultrapassar a data de 31 de dezembro do ano em que o Oficial completar 45 de idade, data de sua desobrigação para com o Serviço Militar; e
- b) o tempo total de efetivo serviço prestado pelo requerente, sob qualquer aspecto e em qualquer época, não venha a atingir dez anos, contínuos ou não, computados para esse efeito todos os tempos de efetivo serviço, inclusive os prestados às outras Forças.

3.9.2.1 Para fins de prorrogação, não será computado o tempo de Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal prestado pelos militares, anteriormente às suas incorporações.

3.9.3 Além do prescrito nos itens 3.9.2 e 3.9.2.1, são condições necessárias para a concessão da prorrogação do tempo de serviço aos integrantes do QOCon:

- a) a existência de vagas na TLP da OM;
- b) o interesse do serviço;
- c) ter o(a) requerente sido julgado(a) apto(a) em Inspeção de Saúde para fins da letra “d” do item 2.1 das “Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde (IRIS) – ICA 160-1”;
- d) ter o(a) requerente parecer favorável de seu Comandante, Chefe ou Diretor e do Comandante do COMAR; e
- e) não ter o(a) requerente restrições, informadas pela SECPRM, em relação aos conceitos moral e profissional.

3.9.4 As prorrogações de tempo de serviço para os integrantes do QOCon serão concedidas pelo Diretor de Administração do Pessoal.

3.9.5 A prorrogação de tempo de serviço dos integrantes do QOCon dar-se-á, em consonância com o cronograma de eventos constante do Anexo B, da seguinte forma:

- a) os Oficiais que desejarem realizar ou prorrogar o EIT deverão impetrar, junto à Seção de Pessoal Militar de sua OM, requerimento ao Diretor de Administração do Pessoal até seis meses antes do término do estágio em andamento;
- b) as OM deverão remeter aos COMAR os requerimentos de prorrogação de tempo de serviço até cinco meses antes do término do estágio em andamento;
- c) os COMAR deverão remeter à DIRAP os requerimentos de prorrogação de tempo de serviço até quatro meses antes do término do estágio em andamento;
- d) a DIRAP deverá encaminhar à SECPRM uma relação nominal contendo informações relativas aos requerentes para verificação da existência de registros quanto aos conceitos moral e profissional até cem dias antes do término do estágio em andamento;
- e) a SECPRM encaminhará a citada relação à DIRAP, informando os casos em que existam registros negativos quanto aos conceitos moral e profissional até 85 dias antes do término do estágio em andamento; e
- f) a DIRAP apreciará os processos de prorrogação e publicará, em BCA, a prorrogação concedida, o indeferimento dos requerimentos e o cancelamento dos pedidos de prorrogação de tempo de serviço dos requerentes até 45 dias antes do término do estágio em andamento.

3.9.6 Os requerimentos dos Oficiais do QOCon, solicitando ao Diretor da DIRAP a prorrogação de tempo de serviço, em caráter excepcional, para o nono e último ano de serviço, deverão obedecer aos mesmos prazos e trâmites dos processos de prorrogação de tempo de serviço anteriormente citados.

3.9.7 As eventuais solicitações de cancelamento de pedidos de prorrogação de tempo de serviço deverão ser formuladas por meio de requerimento do interessado ao Diretor de

Administração do Pessoal, via respectivo COMAR, devendo dar entrada na DIRAP até cinquenta dias antes do término do estágio em andamento.

3.10 LICENCIAMENTO

3.10.1 O licenciamento do serviço ativo dos Oficiais do QOCon, a pedido ou *ex officio*, será efetuado pelos Comandantes de COMAR, na forma da legislação em vigor.

3.10.2 Os Oficiais do QOCon poderão ser licenciados a pedido, pelo Comandante do COMAR a que se subordina ou está jurisdicionada sua OM, desde que contem com mais da metade do tempo de serviço a que se comprometeram a servir e não haja prejuízo para o serviço.

3.10.2.1 O pedido de licenciamento do serviço ativo deverá ser formulado por meio de requerimento dirigido ao Comandante do COMAR.

3.10.3 Ao término de cada estágio, serão licenciados, *ex officio*, pelos Comandantes de COMAR, os Aspirantes a Oficial e os Oficiais do QOCon que:

- a) não tenham concluído com aproveitamento qualquer uma das fases do EAT;
- b) não tenham requerido prorrogação de tempo de serviço dentro do prazo estabelecido;
- c) não tenham obtido o deferimento nos requerimentos para prorrogação de tempo de serviço;
- d) tenham recebido o julgamento “incapaz para o fim que se destina” na Inspeção de Saúde para fins da letra “d” do item 2.1 das “Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde (IRIS) – ICA 160-1”;
- e) atinjam o tempo limite de permanência no serviço ativo, previsto nesta ICA;
- f) tenham completado 45 anos de idade; ou
- g) passem a exercer cargo público.

3.10.4 Os incorporados que não concluírem com aproveitamento a 1ª ou a 2ª fase do EAT permanecerão na situação de Aspirantes a Oficial, prestando serviço na sede do COMAR ou na OM de destino, até a conclusão do tempo que se comprometeram a servir, quando então serão licenciados.

3.10.5 Os Aspirantes a Oficial e os Oficiais do QOCon que devam ser licenciados, a pedido ou *ex officio*, serão submetidos à Inspeção de Saúde, para fins da letra “e” do item 2.1 das “Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde (IRIS) – ICA 160-1”.

3.10.5.1 Aqueles que, tendo recebido o julgamento “apto para o fim que se destina” na Inspeção de Saúde para fins da letra “e” do item 2.1 das “Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde (IRIS) – ICA 160-1”, se encontrarem em tratamento de saúde ou baixados em órgão de saúde, deverão ser licenciados e desligados na data prevista, sendo-lhes assegurada, mesmo depois do licenciamento, a continuidade do tratamento, até a efetivação da alta por restabelecimento da saúde.

3.10.6 As Aspirantes a Oficial ou as Oficiais do QOCon que, comprovadamente, encontrarem-se em estado gestacional, por ocasião do término do tempo de serviço ou quando do indeferimento do seu pedido de prorrogação do tempo de serviço, deverão ser licenciadas e ter os efeitos de seus licenciamentos suspensos até 120 dias após o parto, prorrogáveis por mais sessenta dias, em consonância com a Portaria Normativa nº 520-MD, de 16 de abril de 2009, do Ministério da Defesa, ficando assegurado o acompanhamento médico em Organização de Saúde da Aeronáutica ou conveniado, pelo período acima citado.

3.10.6.1 No período compreendido entre a suspensão dos efeitos do licenciamento e o início da licença maternidade, as militares deverão continuar exercendo suas funções.

3.10.6.2 Caso haja interrupção do estado gestacional, as militares deverão comunicar o fato à Seção do Pessoal Militar da OM, o que dará ensejo ao imediato desligamento.

3.10.6.3 A citada suspensão dos efeitos do licenciamento deverá ser transcrita em boletim da OM, atendendo ao disposto no art. 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não restando óbice, após o cumprimento do prazo de 120 dias após o parto, prorrogáveis por mais sessenta dias, em consonância com a Portaria Normativa nº 520-MD, de 16 de abril de 2009, do Ministério da Defesa, para o legal desligamento da militar.

3.10.6.4 Depois de transcorrido o prazo citado no item 3.10.6, o Comandante da OM a qual pertençam as militares licenciadas deverá providenciar o desligamento do efetivo serviço ativo, em dia imediatamente posterior ao término daquele prazo.

3.10.7 Os Aspirantes a Oficial e os Oficiais do QOCon que, após terem sido licenciados e desligados, tiverem reconhecido o direito à reforma, deverão ser imediatamente reincluídos na Força na situação que se encontravam na data do desligamento, agregados pela DIRAP, e colocados na situação de adidos às respectivas OM a que pertenciam, até a efetivação do ato da reforma.

3.10.8 Os Aspirantes a Oficial e os Oficiais do QOCon, sujeitos a inquérito policial ou a processo no foro civil, poderão ser licenciados a qualquer momento, a critério da Administração, mediante a comunicação prévia à autoridade policial ou judiciária competente e a indicação do respectivo domicílio.

3.10.9 No caso de cancelamento do pedido de prorrogação de tempo de serviço, os Comandantes de COMAR só poderão efetuar o licenciamento *ex officio*, após publicação no BCA do deferimento, pela DIRAP, do pedido de cancelamento da prorrogação.

3.10.10 Os Aspirantes a Oficial e os Oficiais do QOCon, ao serem licenciados por conclusão do tempo de serviço ou de estágio ou por conveniência do serviço, terão direito ao transporte para si e seus dependentes, até a localidade, dentro do território nacional, onde tinham suas residências ao serem convocados, ou para outra localidade cujo valor do transporte pessoal e de bagagem seja menor ou equivalente, em consonância com o prescrito na legislação que versa sobre a Remuneração dos Militares das Forças Armadas em atividade.

3.10.11 As OM a que pertençam os Aspirantes a Oficial e os Oficiais do QOCon licenciados deverão desligá-los em data concomitante à data do licenciamento.

4 PROCESSO SELETIVO

4.1 INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

4.1.1 A inscrição para o processo seletivo ao EAT ou ao EIT será efetivada, pessoalmente ou por intermédio de procuração registrada em cartório, mediante a entrega dos documentos necessários à realização da mesma, durante o período e nos locais definidos no Aviso de Convocação para o processo seletivo.

4.1.2 Os documentos necessários à realização da inscrição deverão ser entregues encadernados, com os registros ordenados na sequência estabelecida na Lista de Verificação de Documentos, constante do Anexo C, com todas as páginas numeradas e rubricadas de próprio punho.

4.1.3 Só serão considerados, para efeito da Avaliação Documental, os diplomas e certificados relativos a cursos efetivamente concluídos.

4.1.4 Os certificados ou diplomas somente terão validade se expedidos por estabelecimento de ensino reconhecido pelo órgão oficial federal, estadual, municipal, distrital ou regional de ensino competente

4.1.4.1 A falta de documentos que comprovem a conclusão de curso superior (bacharelado) em Engenharia e o exercício de atividade profissional como Engenheiro, durante o tempo mínimo definido no Aviso de Convocação, em instituição pública ou privada, implicará a exclusão do candidato do processo seletivo.

4.1.5 Não serão aceitos documentos ilegíveis, rasurados, com emendas ou discrepâncias de informações.

4.2 IDENTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

4.2.1 O candidato deverá portar, em todas as etapas do processo seletivo, o seu documento de identidade original, devidamente válido e com fotografia.

4.2.1.1 São considerados documentos de identificação válidos as carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública ou Defesa Social, pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos e similares); o passaporte; as carteiras funcionais do Ministério Público; a Carteira de Trabalho e Previdência Social; e a Carteira Nacional de Habilitação com fotografia.

4.2.1.2 Não serão aceitos como documentos de identificação a certidão de nascimento; o título eleitoral; as carteiras de estudante; as carteiras funcionais, sem valor de identidade; o Certificado de Reservista (CR); o Certificado de Alistamento Militar (CAM); o Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI); documentos ilegíveis, não identificáveis ou danificados; cópias de documentos, ainda que autenticadas, ou protocolos de documentos.

4.3 SELEÇÃO DE PESSOAL

4.3.1 A seleção, a ser gerenciada no âmbito de cada COMAR, tem por finalidade estabelecer os candidatos que serão incorporados.

4.3.2 A seleção será realizada por uma ou mais Comissões de Seleção Interna (CSI), designadas pelos Comandantes de COMAR por meio de Portaria a ser publicada em boletim.

4.3.3 As CSI, nas localidades sedes dos COMAR, deverão ser compostas por Oficiais do Serviço Regional de Recrutamento e Mobilização (SERMOB), do Serviço Regional de Saúde (SERSA), do Serviço Regional de Ensino (SERENS), da 1ª Seção do Estado-Maior do COMAR (A-1) e de outros setores julgados necessários, incluindo integrantes do efetivo das OM subordinadas ou jurisdicionadas ao respectivo COMAR.

4.3.3.1 As CSI, nas OM sediadas em localidades distintas das sedes dos COMAR, deverão ser compostas por Oficiais da Seção Mobilizadora (SMOB), dos setores correlatos àqueles citados no item 4.3.3 e de outros julgados necessários.

4.3.3.2 Visando a realização da Avaliação Documental, correspondente a uma das etapas da seleção, as CSI deverão ter em sua composição, no mínimo, um Oficial da ativa, graduado em Engenharia, designado, preferencialmente, dentre os Oficiais superiores ou intermediários dos Quadros de carreira.

4.3.3.3 Na impossibilidade de atendimento ao prescrito no item 4.3.3.2 em determinada localidade, deverá ser designado pelo COMAR, para compor a respectiva CSI, um Oficial da ativa, graduado em Engenharia, pertencente ao efetivo de OM sediada na localidade sede do COMAR.

4.3.4 A Presidência de cada uma das Comissões de Seleção Interna (CSI) deverá ser exercida por Oficial Superior.

4.3.5 A Seleção constará das seguintes etapas:

- a) Inscrição;
- b) Avaliação Documental;
- c) Concentração Inicial;
- d) Inspeção de Saúde (INSPSAU);
- e) Exame de Aptidão Psicológica (EAP); e
- f) Concentração Final.

4.3.6 A Avaliação Documental será realizada de acordo com os Parâmetros de Qualificação Profissional constantes do Anexo D, utilizando-se a CSI da Ficha de Avaliação Documental, constante do Anexo E.

4.3.7 Além das orientações contidas nesta Instrução, a INSPSAU e o EAP constantes do processo seletivo ao EAT e ao EIT serão realizados de acordo com as Instruções Técnicas das Inspeções de Saúde na Aeronáutica e com Instruções Reguladoras dos Exames Psicológicos do Comando da Aeronáutica, respectivamente.

4.4 PARECERES DA CPO E DA CPG

4.4.1 Os Aspirantes a Oficial R/2 e os Oficiais R/2, na reserva não remunerada da Aeronáutica, voluntários à incorporação, serão avaliados Comissão de Promoções de Oficiais (CPO).

4.4.2 As Praças da ativa da Aeronáutica, não estabilizadas e não pertencentes a Quadros de Carreira, e as Praças pertencentes à reserva não remunerada da Aeronáutica, quando voluntárias à participação do EAT, serão avaliadas pela Comissão de Promoções de Graduados (CPG).

4.4.3 As CSI, por meio do comando das OM às quais se vinculam, encaminharão à Secretaria da Comissão de Promoções de Oficiais (SECPROM) e à CPG a relação nominal dos voluntários à incorporação, enquadrados no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, respectivamente, para análise de desempenho e emissão de parecer individual.

4.4.4 Os pareceres da CPO e da CPG serão sustentados na análise qualitativa dos atributos inerentes ao exercício da função militar, contidos nas fichas de avaliação de desempenho à luz das obrigações e deveres militares, definidos no Estatuto dos Militares, e será expreso por meio das menções "FAVORÁVEL" ou "DESFAVORÁVEL".

4.4.5 A SECPROM e a CPG comunicarão às respectivas OM, via mensagem rádio urgente, os Registros de Cadastro (RC) correspondentes àqueles que receberam parecer "DESFAVORÁVEL" e, via Rede de Comunicação de Dados Sigilosos (Rede Mercúrio), a identificação completa dos voluntários e os motivos dos pareceres desfavoráveis.

4.5 INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

4.5.1 Será permitido ao candidato a interposição de recursos relativos aos resultados ou pareceres obtidos:

- a) indeferimento do requerimento de inscrição;
- b) pontuação atribuída na Avaliação Documental;
- c) parecer desfavorável da CPO ou da CPG;
- d) resultado obtido na INSPSAU.

4.5.1.1 Os formulários destinados à interposição de recursos e os respectivos prazos serão estabelecidos no Aviso de Convocação para o processo seletivo.

4.6 CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

4.6.1 São condições para a participação do processo seletivo:

- a) ser brasileiro nato;
- b) ser voluntário;
- c) ter menos de 38 anos de idade até o dia 31 de dezembro do ano previsto para a incorporação;
- d) estar prevista pelo menos uma vaga para a especialidade correspondente à sua graduação em Engenharia, na área de jurisdição do COMAR correspondente ao seu local de residência;
- e) ter concluído com aproveitamento curso superior (bacharelado) em Engenharia, na área necessária ao COMAER, objeto do processo seletivo;
- f) ter exercido atividade profissional como Engenheiro, em instituição pública ou privada, na área necessária ao COMAER objeto do processo seletivo, pelo período mínimo exigido no Aviso de Convocação;

- g) possuir no máximo, na data de incorporação, o total de seis anos de efetivo serviço prestado às Forças Armadas ou Forças Auxiliares, contínuos ou não, contabilizada qualquer espécie de serviço militar (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros);
- h) se militar da ativa ou da reserva não remunerada da Aeronáutica, ter parecer favorável da Comissão de Promoções de Oficiais (CPO) ou da Comissão de Promoções de Graduados (CPG), de acordo com o posto ou a graduação;
- i) se militar da ativa, não estar cumprindo o Serviço Militar Inicial (SMI). O candidato militar que venha a ser selecionado por meio do processo seletivo deverá ser licenciado do Serviço Ativo e desligado do efetivo da OM de origem até a data anterior àquela prevista para a incorporação visando à realização do EAT;
- j) não ser Oficial, Suboficial ou Sargento de carreira ou Praça estabilizada;
- k) se militar da ativa, ter parecer favorável do Comandante, Chefe ou Diretor da OM em que serve;
- l) se militar da ativa, estar classificado, no mínimo, no “Bom Comportamento”;
- m) encontrar-se em situação de regularidade junto ao Conselho Profissional correspondente, condição necessária ao exercício da profissão;
- n) se do sexo masculino, encontrar-se quite com o Serviço Militar até a data prevista para a incorporação;
- o) estar em dia com suas obrigações eleitorais;
- p) possuir idoneidade moral, a ser apurada por meio de averiguação da vida pregressa junto aos órgãos públicos competentes;
- q) não se encontrar, na data prevista para a incorporação, no exercício de qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que da Administração pública indireta, mesmo que de natureza temporária;
- r) se do sexo feminino, não encontrar-se a candidata grávida, no período compreendido entre a realização da Inspeção de Saúde (INSPSAU) e a data prevista para a incorporação;
- s) não ter sido, anteriormente, desligado de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar de ensino por motivo disciplinar ou de conceito moral;
- t) se ex-integrante das Forças Armadas ou de Força Auxiliar, não ter sido o Oficial excluído do serviço ativo por indignidade ou incompatibilidade com o oficialato e a Praça excluída ou licenciada a bem da disciplina, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente;
- u) não estar respondendo, na data prevista para a incorporação, a processo criminal na Justiça Militar ou Comum;
- v) não estar cumprindo pena por crime comum, militar ou eleitoral, nem estar submetido a medida de segurança;
- w) não ter sido condenado por crime de natureza dolosa, em processo criminal com sentença transitada em julgado, salvo em caso de reabilitação;

- x) não ter sido desincorporado por condenação irrecorrível, resultante de prática de crime comum de caráter culposo, ou sido expulso ou desertor, nos termos da legislação que regula o Serviço Militar;
- y) não ser detentor de Certificado de Isenção do Serviço Militar motivado por incapacidade física, mental ou moral; e
- z) não ter sido, nos últimos cinco anos, salvo em caso de reabilitação, na forma da legislação vigente, punido por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data do término da punição.

4.7 DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSCRIÇÃO

4.7.1 São documentos necessários à inscrição no processo seletivo ao EAT:

- a) requerimento de inscrição, preenchido pelo candidato, conforme modelo constante do Anexo F;
- b) cópia autenticada de diploma ou certificado de conclusão superior (bacharelado) em Engenharia, na área objeto do processo seletivo, devidamente registrado, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Sistema Nacional de Ensino ou, ainda, declaração, devidamente autenticada, expedida pelo estabelecimento de ensino, atestando a conclusão do referido curso;
- c) currículo profissional, conforme constante do Anexo G;
- d) declaração de residência com firma da assinatura reconhecida em cartório, conforme modelo constante do Anexo H;
- e) se Oficial R/2 da reserva não remunerada, cópia do histórico militar ou de certidão expedida pela Força Singular em que o ex-militar serviu, a fim de fazer prova de conclusão com aproveitamento do EAT ou de estágio equivalente;
- f) se candidato do sexo masculino ao EAT, cópia autenticada do Certificado de Reservista (CR), Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI), Certidão de Situação Militar, Certificado de Alistamento Militar (CAM) ou Certificado de Isenção;
- g) se Oficial R/2 da reserva não remunerada, cópia da Carta Patente;
- h) cópia autenticada de documento de identidade (frente e verso), devidamente válido;
- i) cópia autenticada da cédula de identidade militar (frente e verso), para candidatos militares da ativa;
- j) Declaração de Voluntariado para a Prestação do Serviço Militar Temporário, conforme modelo constante do Anexo I;
- k) cópia autenticada de documento, declaração ou certidão que comprove a regularidade junto ao Conselho Profissional correspondente;

- l) cópia autenticada de documento (Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou similar) que comprove o exercício em atividade profissional como Engenheiro, em área necessária ao COMAER objeto do processo seletivo, pelo período mínimo exigido no Aviso de Convocação, em instituição pública ou privada;
- m) cópia autenticada de documento que comprove o número de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), caso possua;
- n) cópia autenticada de diploma de especialista (curso de especialização *lato sensu*), caso possua, na graduação objeto do processo seletivo;
- o) cópia autenticada de diploma de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e/ou doutorado), caso possua, na área objeto do processo seletivo;
- p) cópia autenticada de certificado de conclusão de curso de aperfeiçoamento, caso possua, na área objeto do processo seletivo;
- q) cópia autenticada de diploma, certificado e/ou declaração de conclusão de cursos complementares, caso possua, na área objeto do processo seletivo;
- r) certidões ou cópias autenticadas de documentos que comprovem a participação em cursos, simpósios ou congressos;
- s) certidões ou cópias autenticadas de documentos que comprovem a publicação técnica de livros ou artigos; e
- t) certidões ou cópias autenticadas de documentos que comprovem as atividades exercidas na área de ensino.

4.8 HABILITAÇÃO À INCORPORAÇÃO

4.8.1 Estará habilitado à incorporação para a participação do EAT ou do EIT o candidato que atender a todas as condições a seguir:

- a) ter sido classificado dentro do número de vagas fixadas por especialidade e localidade, considerando a sua classificação na Avaliação Documental e os critérios de desempate;
- b) atender a todas as condições previstas para a participação e a inscrição no processo seletivo;
- c) apresentar-se na Concentração Final portando os documentos necessários à incorporação; e
- d) apresentar-se em local e data definidos pela CSI, visando à incorporação.

4.8.2 A apresentação dos seguintes documentos é condição necessária à incorporação:

- a) original e duas cópias autenticadas do documento de identidade, devidamente válido;
- b) original e duas cópias autenticadas do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) original e duas cópias autenticadas do Título de Eleitor;
- d) certidão de quitação eleitoral (<http://www.tse.gov.br>);
- e) original e duas cópias autenticadas da certidão de nascimento ou de casamento;

- f) cópias autenticadas de certidões de nascimento ou de outros documentos que comprovem ser possuidor de dependentes legais, se for o caso;
- g) original do cadastro no PIS / PASEP, caso possua;
- h) documento, declaração ou certidão que comprove sua regularidade junto ao Conselho Profissional correspondente;
- i) Termo de Compromisso para a Prestação do Serviço Militar Voluntário Temporário (Anexo J);
- j) Folhas de alterações ou Histórico Militar, para militares da reserva não remunerada;
- k) documento ou Boletim Interno que comprove o licenciamento do Serviço Ativo e o desligamento do efetivo da OM de origem até a data anterior àquela prevista para a incorporação visando à realização do EAT, para candidato que se inscreveu na condição de militar da ativa;
- l) se candidato do sexo masculino ao EAT, Certificado de Reservista (CR), Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI), Certidão de Situação Militar, Certificado de Alistamento Militar (CAM) ou Certificado de Isenção;
- m) se Oficial R/2 da reserva não remunerada, Carta Patente;
- n) original do diploma ou certificado de conclusão de curso superior (bacharelado) em Engenharia, na área necessária ao COMAER, objeto deste processo seletivo, devidamente registrado, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Sistema Nacional de Ensino ou, ainda, declaração, devidamente autenticada, expedida pelo estabelecimento de ensino, atestando a conclusão do referido curso;
- o) documento original (carteira de trabalho ou similar) que comprove o exercício em atividade profissional como Engenheiro, na área objeto do presente processo seletivo, durante o período mínimo exigido no Aviso de Convocação;
- p) Declaração Prestada por Candidata ao Serviço Militar Voluntário Temporário, conforme modelo constante do Anexo K;
- q) declaração informativa sobre a investidura em qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que da Administração pública indireta, mesmo que de natureza temporária, conforme modelo constante do Anexo L;
- r) declaração escrita de próprio punho e assinada pelo interessado de não estar respondendo a inquérito policial, inquérito policial militar, a processo criminal em qualquer Estado da Federação, a processo criminal na Justiça Federal ou Militar ou cumprindo pena de qualquer natureza;
- s) certidão negativa da Justiça Federal, expedida pelo Departamento de Polícia Federal (www.dpf.gov.br);
- t) certidão negativa da Justiça Militar, expedida pelo Superior Tribunal Militar (www.stm.jus.br);
- u) certidão negativa da Justiça Comum, correspondente à Unidade da Federação em que reside.

- v) documento que comprove o número de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), caso possua;
- w) cópia da folha de Diário Oficial ou de documento que comprove sua desvinculação de cargo público, se for o caso, em data anterior àquela prevista para a incorporação;
- x) certidões ou documentos originais que comprovem a participação em cursos, simpósios ou congressos;
- y) certidões ou documentos originais que comprovem a publicação técnica de livros ou artigos; e
- z) certidões ou documentos originais que comprovem as atividades exercidas na área de ensino.

4.8.3 Quanto ao diploma ou certificado de conclusão de curso superior (bacharelado) em Engenharia, somente será aceito aquele que estiver impresso em papel timbrado do estabelecimento que o emitiu, acompanhado do registro que outorgou seu funcionamento, com as respectivas publicações no diário do órgão oficial de imprensa, e que contenha as assinaturas, carimbos e o número do registro dos responsáveis pelo estabelecimento no órgão que representa o respectivo sistema de ensino.

4.9 INCORPORAÇÃO

4.9.1 Após a seleção, os candidatos habilitados serão designados para a incorporação, conforme o número de vagas confirmado pela DIRAP.

4.9.2 No ato de designação para a incorporação deverão constar o dia, a hora e o local de apresentação.

4.9.3 A incorporação será efetivada no primeiro dia útil de fevereiro ou no primeiro dia útil de agosto.

4.9.3.1 A critério da Administração e no interesse do serviço, outras datas de incorporação poderão ser estabelecidas.

4.9.4 Do ato de incorporação dos candidatos habilitados, efetivado pelos Comandantes de COMAR e publicado em Boletim Externo, constarão as seguintes informações e atos administrativos:

- a) nome;
- b) filiação;
- c) naturalidade;
- d) data de nascimento;
- e) estado civil;
- f) endereço, conforme declaração apresentada pelo incorporado;
- g) RA (se for o caso);
- h) CPF;
- i) número de ordem – SARAM (se for o caso);

- j) instituto de ensino onde foi diplomado;
- k) especialidade;
- l) subespecialidade (se for o caso);
- m) número do registro no Conselho Profissional correspondente;
- n) a indicação do posto que possuía na reserva não remunerada, caso Oficial R/2;
- o) a declaração de Aspirante a Oficial do QOCon, para os destinados ao EAT;
- p) a ordem de matrícula na 1ª fase do EAT, para os destinados àquele estágio;
- q) a ordem de matrícula na Instrução de Adaptação ao Serviço Militar no COMAER, se for o caso;
- r) a inclusão do militar incorporado no efetivo de OM, conforme as situações previstas nestas Instruções; e
- s) o tempo de efetivo serviço anterior, caso possua, especificando se já cumpriu ou não o Serviço Militar Inicial, e a Força Armada em que o prestou.

4.9.5 A incorporação será por um período de um ano. Durante esse período, desde que não haja prejuízo para o serviço e a critério da Administração, os mesmos poderão ser licenciados a pedido, após cumprirem pelo menos a metade do tempo a que se comprometeram a servir.

4.9.5.1 Os Oficiais R/2 serão incorporados no posto em que se encontravam na reserva não remunerada.

4.9.6 Os COMAR deverão remeter, no 1º dia após a incorporação dos candidatos selecionados, um exemplar do Boletim Externo que publicou o respectivo ato à DIRAP, à SECROM e à OM de destino dos convocados.

4.9.7 Ocorrendo a incorporação de candidatos em número insuficiente para o preenchimento de todas as vagas abertas, a DIRAP proporá ao COMGEP a realização de ajustes necessários à redistribuição dos incorporados, por OM e por especialidade, dentro de uma mesma localidade.

4.9.8 Os candidatos selecionados e designados para incorporação que deixarem de se apresentar até as 24 h do dia marcado, ou, apresentando-se, ausentarem-se antes do ato oficial de incorporação, não serão incorporados e terão suas convocações canceladas.

4.9.8.1 Os convocados, voluntários ou reservistas poderão ser mantidos em OM, para fins de alimentação, pousada, justiça e outros, desde que declarados em ato legal (encostamento ou depósito, conforme o Decreto n.º 57.654, de 20 de janeiro de 1966 - RLSM).

4.10 OM DE INCORPORAÇÃO

4.10.1 CANDIDATOS RECRUTADOS NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DO COMAR

4.10.1.1 Os incorporados para a participação do EAT serão incluídos:

- a) no efetivo da OM responsável pela 1ª fase do estágio, desde que sediada na mesma localidade da OM de destino; ou

- b) no efetivo de OM definida pelo COMGEP, sediada na mesma localidade da OM de destino, caso a localidade sede desta seja distinta da OM responsável pela 1ª fase do estágio.

4.10.1.2 Os incorporados para a participação do EIT serão incluídos:

- a) no efetivo das OM de destino, se Oficiais R/2 da reserva não remunerada da Aeronáutica;
- b) no efetivo da OM responsável pela Instrução de Adaptação ao Serviço Militar no COMAER, desde que sediada na mesma localidade da OM de destino, se Oficiais R/2 oriundos de Forças distintas da Aeronáutica ; ou
- c) no efetivo de OM definida pelo COMGEP, sediada na mesma localidade da OM de destino, caso a localidade sede desta seja distinta da OM responsável pela Instrução de Adaptação ao Serviço Militar no COMAER, os Oficiais R/2 oriundos de Forças distintas da Aeronáutica .

4.10.1.3 Os incorporados que venham a realizar a 1ª fase do EAT ou a Instrução de Adaptação ao Serviço Militar no COMAER em OM sediada em localidade distinta da OM de destino farão jus ao transporte e às ajudas de custo ou diárias previstas na legislação que versa sobre a Remuneração dos Militares das Forças Armadas em atividade.

4.10.2 CANDIDATOS RECRUTADOS FORA DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DO COMAR

4.10.2.1 Os incorporados para a participação do EAT serão incluídos no efetivo da OM responsável pela 1ª fase do estágio, na área de jurisdição do COMAR de origem.

4.10.2.2 Os incorporados para a participação do EIT serão incluídos no efetivo da OM responsável pela Instrução de Adaptação ao Serviço Militar no COMAER, dentro do seu COMAR de origem, incluídos aí os Oficiais R/2 da reserva não remunerada da Aeronáutica.

4.11 OM DE DESTINO

4.11.1 CANDIDATOS RECRUTADOS NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DO COMAR

4.11.1.1 Quando incorporados e incluídos no efetivo de OM distinta da OM de destino, deverão ser movimentados pela DIRAP:

- a) após a realização da 1ª fase do EAT; ou
- b) após a conclusão da Instrução de Adaptação ao Serviço Militar no COMAER.

4.11.1.2 Após o término da 1ª fase do EAT ou da Instrução de Adaptação ao Serviço Militar no COMAER, os COMAR informarão à DIRAP as OM a que se destinam os incorporados, visando à publicação do ato movimentação para as OM indicadas.

4.11.2 CANDIDATOS RECRUTADOS FORA DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DO COMAR

4.11.2.1 Quando incorporados, deverão ser movimentados pela DIRAP:

- a) após a incorporação, se Oficial R/2 da reserva não remunerada da Aeronáutica;
- b) após a realização da 1ª fase do EAT; ou

- c) após a conclusão da Instrução de Adaptação ao Serviço Militar no COMAER os Oficiais R/2 oriundos de Forças distintas da Aeronáutica.

4.11.2.2 Após a incorporação (Oficial R/2 da reserva não remunerada da Aeronáutica), o término da 1ª fase do EAT ou da Instrução de Adaptação ao Serviço Militar no COMAER, os COMAR informarão à DIRAP as OM a que se destinam os incorporados, visando à publicação do ato movimentação para as OM indicadas.

4.11.2.3 Os candidatos que venham a ser movimentados, de acordo com os critérios acima estabelecidos, farão jus aos direitos remuneratórios assegurados na legislação que versa sobre a Remuneração dos Militares das Forças Armadas em atividade, relativos ao ato da movimentação.

4.11.3 O critério para a escolha da OM, entre candidatos incorporados com destino a uma mesma localidade, será a precedência hierárquica.

5 DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Os Comandantes, Chefes ou Diretores das OM possuidoras de Aspirantes a Oficial ou de Oficiais do QOCon em seus efetivos deverão comunicar, de imediato:

- a) ao COMAR e à SECPROM, qualquer registro referente à justiça militar ou comum criminal ou à disciplina; e
- b) à DIRAP, qualquer registro referente à justiça militar ou comum criminal.

5.2 Após a conclusão da 1ª fase do EAT, os Aspirantes a Oficial do QOCon deverão ser desligados, se for o caso, e encaminhados para apresentação nas OM de destino, conforme classificação efetivada pela DIRAP, cabendo às OM responsáveis pela 1ª fase do estágio a atualização da tela 355 do Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES).

5.3 Após a conclusão da 1ª fase do EAT, compete aos COMAR:

- a) até três dias após a realização da prova final da 1ª fase do EAT, a remessa à DIRAP de relação nominal dos estagiários com especialidades, subespecialidades e médias finais; e
- b) até dois dias após o término da 1ª fase do EAT, o envio à SECPROM de fotos 5x7 digitalizadas, conforme padrão e procedimentos estabelecidos pela CPO (www.cpo.intraer), visando ao cadastramento dos militares.

5.4 Após a incorporação no QOCon de Oficiais R/2, da reserva não remunerada, compete às OM de destino o envio à SECPROM de fotos 5x7 digitalizadas, conforme padrão e procedimentos estabelecidos pela CPO (www.cpo.intraer), visando ao cadastramento ou à atualização dos dados cadastrais dos militares.

5.5 As OM, ao receberem a apresentação dos Aspirantes a Oficial ou de Oficiais do QOCon, deverão atualizar a tela 355 do SIGPES com suas datas de apresentação.

5.6 As OM possuidoras de Aspirantes a Oficial do QOCon em seus efetivos deverão enviar:

- a) à SECPROM (www.cpo.intraer), as Fichas de Conceito (Ficha CPO-2), até cinquenta dias antes da data prevista para a promoção dos mesmos ao posto de segundo-tenente;
- b) ao COMAR, à DIRAP e à SECPROM, mensagem telegráfica informando a conclusão da 2ª fase do EAT; e
- c) à SECPROM, a qualquer tempo, mensagem telegráfica informando a existência de militar julgado “incapaz” na INSPSAU.

5.6.1 As OM possuidoras de Oficiais do QOCon em seus efetivos deverão enviar à SECPROM (www.cpo.intraer) as Fichas de Conceito (Ficha CPO-1), conforme cronograma anual emitido pela CPO.

6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Os integrantes do QOCon ficam sujeitos à legislação e à regulamentação que tratam do Serviço Militar e também às disposições do Estatuto dos Militares e demais legislações para os militares da ativa do Comando da Aeronáutica, pertinentes à situação de militar temporário.

6.2 Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos pelo Diretor de Administração do Pessoal à apreciação do Comandante-Geral do Pessoal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. Lei do Serviço Militar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 set. 1964. Seção 1, p. 7881.

_____. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 236, 11 dez. 1980. Seção 1, p. 24777.

_____. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 set. 2001, Edição Extra, p. 1.

_____. Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966. Regulamenta a Lei do Serviço Militar, Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 jan. 1966. Seção 1, p.1.

_____. Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994. Altera a redação do art. 5º do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, Regulamento da Lei do Serviço Militar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 out. 1994. Seção 1, p. 16254.

_____. Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 19 de julho de 2002, Seção 1, p. 2.

_____. Decreto nº 6.690, de 11 de dezembro de 2008. Institui o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante, estabelece os critérios de adesão ao Programa e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez. 2008. Seção 1, p. 7.

_____. Decreto nº 6.854, de 25 de maio de 2009. Dispõe sobre o Regulamento da Reserva da Aeronáutica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 98, 26 maio 2009. Seção 1, p. 3.

_____. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante. Portaria nº R-703/GC3, de 18 de dezembro de 2002. Aprova as Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde (IRIS) = ICA 160-1. **Boletim Reservado do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, n. 1, 15 jan. 2003. p.2.

_____. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante. Portaria nº 938/GC6, de 8 de setembro de 2004. Aprova a edição da Instrução que dispõe sobre “Execução, em Tempo de Paz, do Transporte, em Território Nacional, dos Militares da Aeronáutica” = ICA 177-31. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, RJ, n. 172, 13 set. 2004, p. 4665.

_____. Comando da Aeronáutica. Comissão de Promoções de Oficiais. Portaria CPO nº 19, de 18 de novembro de 2005. Aprova a reedição das Instruções Referentes ao Cadastro de Oficiais na Secretaria da Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica = ICA 36-25. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, n. 219, 23 nov. 2005. p. 6976.

_____. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Saúde da Aeronáutica. Portaria DIRSA nº 12/SDTEC, de 9 de março de 2009. Aprova a reedição da Instrução que trata das Inspeções de Saúde da Aeronáutica = ICA 160-6. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, n. 50, 17 mar. 2009. p.1552.

_____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 520/MD, de 16 de abril de 2009. Dispõe sobre o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante no âmbito das Forças Armadas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 73, 17 abr. 2009. Seção 1, p. 16.

_____. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante. Portaria nº 44/GC3, de 26 de janeiro de 2010. Aprova a reedição da ICA 36-14 “Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados”. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 19, 28 jan. 2010. Seção 1, p. 21.

Anexo A
Incorporação - Cronograma de Eventos
Ano "A" = Ano da Incorporação

Ev *	Inc **	PRAZO	RESPONSÁVEL	AÇÃO
01	1ª	10 OUT "A-1"	COMAR	Levantamento preliminar, junto às OM subordinadas ou jurisdicionadas, do número de vagas a serem abertas, por especialidade, considerando os licenciamentos que venham a ocorrer até a data da próxima incorporação, as vagas já existentes e outras situações, e remessa das informações à DIRAP.
	2ª	10 ABR "A"		
02	1ª	30 OUT "A-1"	DIRAP	Análise, por meio da DSM, da situação de vagas apresentada pelos COMAR considerando os efetivos existentes e as previsões de licenciamento, e informação aos COMAR do quantitativo preliminar de vagas destinadas ao QOCon Eng.
	2ª	30 ABR "A"		
03	1ª	ASD "A-1"	COMAR CECOMSAER OM envolvidas	Promoção de campanha de divulgação, de acordo com a previsão de incorporação.
	2ª	ASD "A"		
04	1ª	ASD "A-1"	COMAR OM envolvidas Candidatos	Inscrições por parte dos interessados.
	2ª	ASD "A"		
05	1ª	10 DEZ "A-1"	COMAR	Informação à DIRAP do número de candidatos voluntários que se apresentaram para a realização do EAT.
	2ª	10 JUN "A"		
06	1ª	20 DEZ "A-1"	DIRAP	Após a publicação no BCA do deferimento, do indeferimento dos requerimentos e do cancelamento dos pedidos de prorrogação de tempo de serviço dos Oficiais do QOCon Eng, remessa aos COMAR da informação relativa ao quantitativo final de vagas, por OM, localidade e especialidade, confirmado para incorporação.
	2ª	20 JUN "A"		
07	1ª	Último dia útil JAN "A"	COMAR	Informação à DIRAP do surgimento de novas vagas, que venha a ocorrer entre 20 de dezembro do ano anterior e a data da 1ª incorporação e entre 20 de junho e data da 2ª incorporação, podendo haver aumento do quantitativo inicial, desde que haja voluntários em quantidade suficiente e especialidades de interesse.
	2ª	Último dia útil JUL "A"		

* Ev.....Evento ** Inc.....Incorporação

Anexo A (Continuação)
Incorporação - Cronograma de Eventos
Ano "A" = Ano da Incorporação

Ev *	Inc **	PRAZO	RESPONSÁVEL	AÇÃO
08	1ª	Semana que antecede a Incorporação.	COMAR	Encostamento ou depósito dos convocados.
	2ª			
09	1ª	1º dia útil FEV "A"	COMAR	Publicação em Boletim Externo do ato de incorporação.
	2ª	1º dia útil AGO "A"		
10	1ª	1º dia útil FEV "A"	COMAR / OM Designada	Início da 1ª fase do EAT.
	2ª	1º dia útil AGO "A"		
11	1ª	2º dia útil FEV "A"	COMAR	Remessa de um exemplar do Boletim Externo que publicou a incorporação à DIRAP e às OM de destino sediadas fora da localidade sede dos COMAR.
	2ª	2º dia útil AGO "A"		
12	1ª	10 FEV "A"	DIRAP	Realização dos ajustes necessários à redistribuição dos incorporados, por OM e por especialidade.
	2ª	10 AGO "A"		
13	1ª	3 dias após a realização da prova final da 1ª fase do EAT.	COMAR	Remessa à DIRAP da relação nominal dos estagiários com as especialidades, subespecialidades e médias finais.
	2ª			
14	1ª	Na data de conclusão da 1ª fase do EAT	DIRAP	Publicação da classificação nas OM de destino dos concludentes da 1ª fase do EAT.
	2ª			
15	1ª	2 dias após o término da 1ª fase do EAT.	COMAR / OM envolvidas	<ul style="list-style-type: none"> - Desligamento dos Aspirantes a Oficial do QOCon, se for o caso, e encaminhamento para apresentação nas OM de destino, conforme classificação efetivada pela DIRAP; - Atualização da tela 355 do SIGPES; - Envio à SECPROM de fotos 5x7 digitalizadas, conforme padrão estabelecido pela CPO (www.cpo.intraer), visando ao cadastramento dos militares.
	2ª			
16	1ª	10 JUL "A"	OM envolvidas	<ul style="list-style-type: none"> - Envio à SECPROM (www.cpo.intraer) das Fichas de Conceito (Ficha CPO-2) dos Aspirantes a Oficial do QOCon Eng; - Informação, via mensagem telegráfica, ao COMAR, à DIRAP e à SECPROM da conclusão da 2ª fase do EAT; e - Informação, via mensagem telegráfica, à SECPROM, da existência de Oficial do QOCon Eng julgado INCAPAZ na Inspeção de Saúde.
	2ª	10 JAN "A+1"		
17	1ª	Conforme cronograma estabelecido pela CPO.	OM envolvidas	Envio à SECPROM (www.cpo.intraer) das Fichas de Conceito (Ficha CPO-1) dos Oficiais do QOCon Eng.
	2ª			

* Ev.....Evento ** Inc.....Incorporação

Anexo B
Prorrogação de Tempo de Serviço

Cronograma de eventos

Data "D" = Data da Conclusão do EAT ou da última prorrogação de Tempo de Serviço

Nº	PRAZO	RESPONSÁVEL	AÇÃO
01	"D" – 6 meses	Integrantes do QOCon Eng	Apresentação em sua OM de requerimento encaminhado ao Diretor de Administração do Pessoal.
02	"D" – 5 meses	OM envolvidas	Remessa aos COMAR dos requerimentos de prorrogação de tempo de serviço dos Oficiais do QOCon Eng.
03	"D" – 4 meses	COMAR	Remessa à DIRAP dos requerimentos de prorrogação de tempo de serviço de Oficiais do QOCon Eng.
04	"D" – 100 dias	DIRAP	Encaminhamento à SECPROM de relação contendo os dados de todos os Oficiais do QOCon Eng para verificação da existência de registros quanto aos conceitos moral e profissional.
05	"D" – 85 dias	SECPROM	Encaminhamento da citada relação à DIRAP, informando os casos em que existam registros quanto aos conceitos moral e profissional.
06	"D" – 50 dias	COMAR	Remessa à DIRAP das solicitações de cancelamento dos pedidos de prorrogação de tempo de serviço, formulados por meio de requerimentos dos interessados, via respectivo COMAR, quando for o caso.
07	"D" – 45 dias	DIRAP	Apreciação dos processos de prorrogação, considerando os pareceres da SECPROM, e publicação, em BCA, das prorrogações concedidas, do indeferimento dos requerimentos e do cancelamento dos pedidos de prorrogação de tempo de serviço dos Oficiais do QOCon Eng.
08	Ao término de cada período de estágio (12 meses)	COMAR	Licenciamento, <i>ex officio</i> , dos Aspirantes a Oficial e dos Oficiais do QOCon Eng que não terão prorrogado o tempo de serviço.
09	Concomitantemente à data do licenciamento	OM envolvidas	Desligamento dos Aspirantes a Oficial e dos Oficiais do QOCon Eng licenciados e atualização a tela 355 do SIGPES.

Anexo C
Modelo de Lista de Verificação de Documentos

Inscrição nº _____ / _____ / _____ COMAR <div style="display: flex; justify-content: space-around; font-size: small;"> IND LOC N </div>



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

Lista de Verificação de Documentos

(será preenchida pelo órgão responsável pelo recebimento da documentação, no ato da inscrição)

Ordem	Documentos a serem entregues no ato de inscrição	SIM (Qtd)	NÃO
1	Requerimento de Inscrição, preenchido pelo candidato.		
2	Cópia autenticada de diploma ou certificado de conclusão superior (bacharelado) em Engenharia, na área objeto do processo seletivo, devidamente registrado, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Sistema Nacional de Ensino ou, ainda, declaração, devidamente autenticada, expedida pelo estabelecimento de ensino, atestando a conclusão do referido curso.		
3	Curriculo profissional.		
4	Declaração de residência com firma da assinatura reconhecida em cartório.		
5	Cópia do histórico militar ou de certidão expedida pela Força Singular em que serviu, a fim de fazer prova de conclusão com aproveitamento do EAT ou de estágio equivalente (Oficial R/2 da reserva não remunerada).		
6	Cópia autenticada do Certificado de Reservista (CR), Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI), Certidão de Situação Militar, Certificado de Alistamento Militar (CAM) ou Certificado de Isenção (candidato do sexo masculino ao EAT).		
7	Cópia da Carta Patente (Oficial R/2 da reserva não remunerada).		
8	Cópia autenticada de documento de identidade (frente e verso), devidamente válido		
9	Cópia autenticada da cédula de identidade militar (frente e verso) (Candidato militar da ativa)		
10-	Declaração de Voluntariado para a Prestação do Serviço Militar Temporário.		
11	Declaração, certidão ou cópia autenticada de documento que comprove a regularidade junto ao Conselho Profissional correspondente.		
12	Cópia autenticada de documento (Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou similar) que comprove o exercício em atividade profissional como Engenheiro, na área necessária ao COMAER objeto do processo seletivo, pelo período mínimo exigido no Aviso de Convocação, em instituição pública ou privada.		

Inscrição nº ____/____/____ COMAR
IND LOC N

Anexo C (Continuação)

Modelo de Lista de Verificação de Documentos
Lista de Verificação de Documentos (Continuação)

Ordem	Documentos a serem entregues no ato de inscrição	SIM (Qtd)	NÃO
13	Cópia autenticada de documento que comprove o número de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), caso possua.		
14	Cópia autenticada de diploma de especialista (curso de especialização <i>lato sensu</i>), caso possua, na área objeto do presente processo seletivo.		
15	Cópia autenticada de diploma de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (mestrado e/ou doutorado), caso possua, na área objeto do presente processo seletivo.		
16	Cópia autenticada de certificado de conclusão de curso de aperfeiçoamento, caso possua, na área objeto do presente processo seletivo.		
17	Cópia autenticada do diploma, certificado e/ou declaração de conclusão dos cursos complementares, caso possua, na área objeto do presente processo seletivo.		
18	Certidões ou cópias autenticadas de documentos que comprovem a participação em cursos, simpósios ou congressos.		
19	Certidões ou cópias autenticadas de documentos que comprovem a publicação técnica de livros ou artigos.		
20	Certidões ou cópias autenticadas de documentos que comprovem as atividades exercidas na área de ensino.		

Posto/Grad/Nome do recebedor: _____ Assinatura: _____

✂.....✂..... cortar aqui✂.....✂.....

Devolvido em ____/____/____

Nome do candidato: _____

Assinatura do candidato: _____

✂.....✂..... cortar aqui✂.....✂.....

Inscrição nº ____/____/____ COMAR
IND LOC N

Documentação Recebida em ____/____/____

Posto/Grad/Nome do recebedor: _____ Assinatura: _____

OBS: Caso não selecionado, o candidato ou seu procurador legal poderão retirar a documentação apresentada no período de ____/____/____ a ____/____/____

(Recibo da Inscrição, a ser preenchido pelo(a) SERMOB / SMOB e entregue ao Candidato)

Anexo D



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

Parâmetros de Qualificação Profissional

ATENÇÃO Só serão considerados os parâmetros que tenham estrita ligação com a área da Engenharia objeto do Processo Seletivo	
	Pontuação a ser atribuída
A. PÓS-FORMAÇÃO	
1) Doutorado – duração igual ou superior a 360 horas/aula.	5,0 por Diploma
2) Mestrado - duração igual ou superior a 360 horas/aula.	4,0 por Diploma
3) Especialização – duração igual ou superior a 360 horas/aula.	3,0 por Diploma
4) Aperfeiçoamento - duração igual ou superior a 180 horas/aula.	2,0 por Diploma
B. CURSOS / SIMPÓSIOS / CONGRESSOS	
1) Duração igual ou superior a 80 horas/aula.	1,0 por curso (Max. três eventos)
2) Duração superior a 20 e inferior a 80 horas/aula.	0,5 por curso (Max. quatro eventos)
3) Duração de até 20 horas/aula.	0,2 por curso (Max. cinco eventos)
C. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	
1) Como Engenheiro, na área objeto do processo seletivo	1,0 por mês (Mín. n meses)
2) Número de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de Projeto, Fiscalização ou Execução de Obras do acervo técnico	2,0 por ART
D. PUBLICAÇÕES TÉCNICAS	
1) Livro	2,0 por livro (Max. três livros)
2) Artigo em revistas especializadas	1,0 por artigo (Máx três artigos)
3) Artigo em periódicos e revistas não especializadas	0,5 por artigo (Max. três artigos)
E. ATIVIDADES EXERCIDAS NA ÁREA DE ENSINO	
1) Catedrático/Professor Titular	1,5 por cátedra
2) Auxiliar de Cátedra/Professor Adjunto	1,0 por cátedra
3) Professor/Professor Assistente	0,5 por matéria (Max. duas matérias)
4) Monitor	0,5 por matéria (Max. duas matérias)
F. ATIVIDADE MILITAR	
1) Possui EAT ou estágio equivalente	5,0 pontos pelo Estágio
2) Tempo de serviço na atividade militar como Oficial (não pontuar o ano correspondente à realização do EAT ou do estágio equivalente, se Oficial R/2)	1,0 por mês
3) Tempo de serviço na atividade militar como Sargento	0,5 por mês
4) Tempo de serviço na atividade militar como Cabo ou Soldado	0,25 por mês

Anexo E
Modelo de Ficha de Avaliação Documental



Ficha de Avaliação Documental

Inscrição nº _____ / _____ / _____ COMAR IND LOC N	Pontuação a ser atribuída	Número de Diplomas / Eventos	Limites	Pontuação atribuída
A. PÓS-FORMAÇÃO				
1) Doutorado - duração igual ou superior a 360 horas/aula.	5,0		-	
2) Mestrado - duração igual ou superior a 360 horas/aula.	4,0		-	
3) Especialização - duração igual ou superior a 360 horas/aula.	3,0		-	
4) Aperfeiçoamento - duração igual ou superior a 180 horas/aula.	2,0		-	
B. CURSOS / SIMPÓSIOS / CONGRESSOS				
1) Duração igual ou superior a 80 horas/aula.	1,0		3 (máximo)	
2) Duração superior a 20 e inferior a 80 horas/aula.	0,5		4 (máximo)	
3) Duração de até 20 horas/aula.	0,2		5 (máximo)	
C. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL				
1) Como Engenheiro na área objeto do processo seletivo – por mês	1,0		N (mínimo)	
2) Número de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de Projeto, Fiscalização ou Execução de Obras do acervo técnico	2,0		-	
D. PUBLICAÇÕES TÉCNICAS				
1) Livro – por livro	2,0		3 (máximo)	
2) Artigo em revistas especializadas – por artigo	1,0		3 (máximo)	
3) Artigo em periódicos e revistas não especializadas – por artigo	0,5		3 (máximo)	
E. ATIVIDADES EXERCIDAS NA ÁREA DE ENSINO				
1) Catedrático/Professor Titular – por cátedra	1,5		-	
2) Auxiliar de Cátedra/Professor Adjunto – por cátedra	1,0		-	
3) Professor/Professor Assistente – por matéria	0,5		2 (máximo)	
4) Monitor – por matéria	0,5		2 (máximo)	
F. ATIVIDADE MILITAR				
1) Possui EAT ou Estágio equivalente - pelo estágio	5,0		1 (máximo)	
2) Tempo de serviço na atividade militar como Oficial – por mês (não pontuar o ano correspondente à realização do EAT ou do estágio equivalente, se Oficial R/2)	1,0		-	
3) Tempo de serviço na atividade militar como SGT – por mês	0,5		-	
4) Tempo de serviço na atividade militar como CB ou SD – por mês	0,25		-	
G. PONTUAÇÃO TOTAL ATRIBUÍDA				

Local

Data

Assinatura e Identificação (Carimbo) do Presidente da Comissão de Seleção Interna

Anexo F
Modelo de Requerimento de Inscrição



Inscrição nº _____ / _____ / _____ COMAR
IND LOC N

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO 20____
ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO TÉCNICO (EAT) / ESTÁGIO DE INSTRUÇÃO TÉCNICO (EIT)

Ao Exmo Sr Comandante do _____ Comando Aéreo Regional (COMAR)

Nome completo: _____ ,
vem requerer a V. Exa a inscrição para a participação do processo seletivo ao EAT EIT _____ , em
consonância com os incisos I e IV do artigo 19 do Decreto n.º 6.854, de 25 de maio de 2009, na
graduação (bacharelado) de Engenharia, na especialidade de _____ ,
para o preenchimento de vaga na localidade de(o) _____ - _____ ,
situada em área de jurisdição do COMAR correspondente ao meu local de residência. Declaro estar de
pleno acordo em cumprir todas as exigências estabelecidas no Aviso de Convocação para o presente
processo seletivo.

Graduação em : _____
Pós-Graduação (Especialização / Mestrado / Doutorado) em: _____
Idt / RG: _____ CPF: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade - UF: _____ - _____ CEP: _____
Tel. Celular: (____) _____ Tel. Residencial: (____) _____ Tel. Comercial: (____) _____
E-mail: _____ Tempo de Efetivo Serviço Militar: _____ Anos _____ Meses _____ Dias
É Aspirante a Oficial ou Oficial R/2 ? () NÃO () SIM – Qual Posto? () Aspirante a Oficial () 2º Tenente () 1º Tenente

Declaro que, de acordo a necessidade da Administração e **em função do não preenchimento de vagas**, pela falta de candidatos habilitados à incorporação, também sou voluntário(a) para servir em OM situadas nas seguintes localidades:

Na área de jurisdição do COMAR correspondente ao meu local de residência

_____	_____	_____	_____	_____
-------	-------	-------	-------	-------

Na área de jurisdição do COMAR distinto do meu local de residência

_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

Local: _____ Data: ____/____/____ Assinatura do(a) Candidato(a): _____

INFORMAÇÃO DO COMANDANTE / CHEFE / DIRETOR DA OM SOBRE O CANDIDATO MILITAR

Posto/Grad: _____ Quadro/ Esp.: _____ Unidade (Sigla): _____ Identidade: _____

Data de Praça: ____/____/____ Data de Promoção: ____/____/____ SARAM: _____

(____) Informo que o militar **PREENCHE** os requisitos previstos no Aviso de Convocação referente às **CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO** ao Processo Seletivo ao **EAT EIT 20____**.

(____) Informo que o militar **NÃO PREENCHE** os seguintes requisitos previstos no Aviso de Convocação referente às **CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO** ao Processo Seletivo ao **EAT EIT 20____**: _____ (listar os requisitos)

_____ / _____ / _____
Local Data Ass. e Carimbo do Comandante / Chefe / Diretor da OM

Portaria de Delegação: _____

Anexo G**Modelo de “Currículo Profissional”****1 INFORMAÇÕES PESSOAIS**

- a) Nome Completo
- b) Filiação
- c) Data de Nascimento
- d) Identidade
- e) CPF
- f) Sexo
- g) Estado civil
- h) Número de dependentes
- i) Nacionalidade
- j) Naturalidade
- k) Endereço Residencial
- l) Telefone residencial
- m) Telefone comercial
- n) Telefone celular
- o) Endereço eletrônico (e-mail)

2 FORMAÇÃO / PÓS-FORMAÇÃO

- a) Curso de Graduação (bacharelado)
 - Área
 - Período de realização (em meses)
 - Carga horária (horas/aula)
 - Instituição de ensino reconhecida pelo órgão federal competente (nome da instituição por extenso e onde se localiza)
- b) Curso de Aperfeiçoamento
 - Área
 - Período de realização (em meses)
 - Carga horária (horas/aula)
 - Instituição de ensino reconhecida pelo órgão federal competente (nome da instituição por extenso e onde se localiza)
- c) Curso de Especialização
 - Área
 - Período de realização (em meses)
 - Carga horária (horas/aula)
 - Instituição de ensino reconhecido na Secretaria da Educação da Unidade da Federação (SE/UF). (nome da instituição por extenso e onde se localiza)

Anexo G (Continuação)**Modelo de “Currículo Profissional”**

- d) Mestrado
 - Área
 - Período de realização (em meses)
 - Carga horária (horas/aula)
 - Instituição de ensino reconhecida pelo órgão federal competente (nome da instituição por extenso e onde se localiza)
- e) Doutorado
 - Área
 - Período de realização (em meses)
 - Carga horária (horas/aula)
 - Instituição de ensino reconhecida pelo órgão federal competente (nome da instituição por extenso e onde se localiza)
- f) Cursos Complementares
 - Área
 - Período de realização (em meses)
 - Carga horária (horas/aula)
 - Instituição de ensino reconhecido na Secretaria da Educação da Unidade da Federação (SE/UF). (nome da instituição por extenso e onde se localiza)

3 CURSOS E ESTÁGIOS

- a) Cursos
 - Nome do Curso
 - Período de Realização (Quantidade de meses)
 - Carga Horária (horas/aula)
 - Instituição
- b) Estágios
 - Nome do Estágio
 - Período de Realização (Quantidade de meses)
 - Carga Horária (horas/aula ou horas/dias)
 - Instituição

4 EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL

- a) Empresa
- b) Endereço e telefone
- c) Cargo
- d) Período (em meses)
- e) Carga Horária (horas/dia)
- f) Síntese das atividades profissionais realizadas

Anexo G (Continuação)**Modelo de “Currículo Profissional”****5 PUBLICAÇÕES TÉCNICAS**

- a) Tipo de publicação (livro/artigo em revista especializada/artigo em periódicos e revistas não especializadas)
- b) Título da publicação
- c) Veículo de comunicação que publicou

6 ATIVIDADE DE ENSINO

- a) Situação (catedrático / professor titular / auxiliar de cátedra / professor adjunto / professor / professor assistente / monitor)
- b) Cadeira(s)/Matéria(s) ministrada(s)
- c) Período de atuação (em meses)

7 ATIVIDADE MILITAR

- a) Estágio ou Curso de Formação
- b) Cursos de Extensão ou Especialização
- c) Tempo de Efetivo Serviço Militar, em cada posto ou graduação

Local: _____ - _____ Data: ____/____/____

Assinatura do(a) candidato(a)

Obs.: Só serão consideradas válidas como parâmetros para a Avaliação Documental as Qualificações Profissionais que tenham estrita ligação à área (especialidade) da Engenharia objeto do processo seletivo à que concorre o candidato, não sendo consideradas as demais formações ou experiências profissionais.

Anexo H
Modelo de Declaração de Residência

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____ (nome completo),
Idt nº _____, CPF nº _____, nascido aos _____ dias
do mês de _____ de _____, filho de _____
e de _____, candidato(a) ao processo seletivo ao
EAT EIT 20____, declaro residir no seguinte endereço: _____

_____,
na cidade de(o) _____ UF _____ CEP _____ - _____.

Local: _____ - _____ Data: ____/____/____

Assinatura do(a) candidato(a)

Anexo I
Modelo de Declaração de Voluntariado para
Prestação do Serviço Militar Temporário

DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO PARA PRESTAÇÃO DO
SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

Eu, _____ (nome completo),
Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos _____ dias
do mês de _____ de _____, filho(a) de _____
e de _____, candidato(a) ao processo seletivo ao
EAT EIT 20____, declaro que sou voluntário (a) à convocação pelo período de 01 (um) ano
para a prestação do Serviço Militar Temporário, na localidade e na organização militar para as
quais for designado, sujeitando-me, se for aceito (a), a todos os deveres e obrigações militares
previstos na legislação em vigor, e conhecedor que poderei obter, dependendo da existência
de vagas e do meu desempenho profissional, prorrogações anuais, não ultrapassando o
período de oito anos, deduzido todo o tempo de efetivo serviço prestado a qualquer uma das
Forças Armadas, contínuos ou não, contabilizada qualquer espécie de serviço militar (inicial,
estágios, dilação, prorrogações e outros).

Local: _____ - _____ Data: ____/____/____

Assinatura do(a) candidato(a)

Anexo J**Modelo de Termo de Compromisso para
Prestação do Serviço Militar Voluntário Temporário****TERMO DE COMPROMISSO PARA PRESTAÇÃO DO
SERVIÇO MILITAR VOLUNTÁRIO TEMPORÁRIO**

Eu, _____ (nome completo),
Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos _____ dias
do mês de _____ de _____, filho(a) de _____
e de _____, ao tomar ciência que fui selecionado e
designado, na condição de voluntário, para a incorporação nas Fileiras da Força Aérea
Brasileira, assumo o compromisso de servir pelo prazo de 01(um) ano, a contar de
____ de _____ de _____, data de minha incorporação, sujeitando-me a todos os
deveres e obrigações militares previstos na legislação em vigor, sendo conhecedor que
poderei obter, dependendo da existência de vagas e do meu desempenho profissional,
prorrogações anuais, não ultrapassando o período de oito anos, deduzido todo o tempo de
efetivo serviço prestado a qualquer uma das Forças Armadas, contínuos ou não, contabilizada
qualquer espécie de serviço militar (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros). Declaro
ainda ter ciência de que fui selecionado para a prestação do Serviço Militar Temporário na
localidade de(o) _____ - _____, independentemente da localidade de
realização da 1ª fase do EAT ou da Instrução de Adaptação ao Serviço Militar no COMAER.

Local: _____ - _____ Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do(a) candidato(a)

Anexo K
Modelo de Declaração a ser fornecida
por candidatas do sexo feminino

DECLARAÇÃO PRESTADA POR CANDIDATA
AO SERVIÇO MILITAR VOLUNTÁRIO TEMPORÁRIO

Eu, _____ (nome completo),
Idt nº _____, CPF nº _____, nascida aos _____ dias
do mês de _____ de _____, filha de _____
e de _____, candidata ao processo seletivo ao
EAT EIT 20____, declaro que tenho ciência de que o fato de encontrar-me na condição de
grávida, no período compreendido entre a realização da inspeção de saúde do processo
seletivo e a data prevista para a incorporação, impossibilita minha participação do citado
processo seletivo, como também impossibilita minha incorporação para a realização do
Estágio de Adaptação Técnico (EAT) ou do Estágio de Instrução Técnico (EIT), em virtude
dos riscos decorrentes da participação em Testes de Avaliação do Condicionamento Físico
(TACF) e das atividades militares a serem desenvolvidas, posteriormente, durante a prestação
do Serviço Militar Voluntário Temporário.

Local: _____ - _____ Data: ____/____/____

Assinatura da candidata

Anexo L**Modelo de Declaração quanto à Investidura em
Cargo, Função ou Emprego Público****DECLARAÇÃO QUANTO À INVESTIDURA EM CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO
PÚBLICO**

Eu, _____ (nome completo),
Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos _____ dias
do mês de _____ de _____, filho(a) de _____
e de _____, candidato(a) ao processo seletivo ao
EAT EIT 20____, declaro não estar investido em cargo público federal, estadual ou
municipal.

Local: _____ - _____ Data: ____/____/____

Assinatura do(a) candidato(a)